



Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente

**Processo nº025/1994/006/2001**

**Referência:** Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte pequeno.

**Interessado:** CURTUME TIGRÃO LTDA.

## **PARECER JURÍDICO**

### **Relatório:**

A sociedade empresária foi autuada pela FEAM, por "*Descumprir determinação formulada por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoramento ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento*". A CID/COPAM aplicou a multa de R\$ 18.621,75.

O recorrente requereu e firmou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC visando adequação de sua situação mediante as exigências previstas na legislação, além da redução da multa aplicada que, conforme Parecer Técnico GEDIN nº 94/2009, foi cumprido.

Inconformada a sociedade interpôs pedido/recurso que não foi considerado pela Procuradoria da FEAM e decidido pela Presidente da FEAM, apenas, para redução da penalidade de multa. Da notificação do ato, o recorrente interpôs recurso alegando em sua totalidade a prescrição nos termos da Lei nº 9.873/99.

O presente processo foi submetido a análise do Procurador do Estado responsável pelo Núcleo de Dívida Ativa do SISEMA, que manifestou às fls. 97/98, pela correção dos atos administrativos e análise do recurso apresentado anteriormente, além da questão de ordem pública apontada no novo pedido formulado pelo recorrente.

Desta forma, passaremos a análise do recurso apresentada e o pedido interposto pelo recorrente, devendo ser corrigido os atos administrativos praticados pela Administração Pública.

Verificada uma irregularidade administrativa, a Administração Pública tem o dever de conhecer e corrigir o erro administrativo, dentro do princípio da Autotutela.

É cediço que a Administração Pública exerce o Poder de Autotutela sobre seus próprios atos e agentes. Utilizando-se do Controle Administrativo, a Administração





poderá anular, revogar ou alterar os seus próprios atos. Assim sendo, a decisão anterior deverá ser cancelada e proceder a análise dos pedidos.

No mesmo diapasão, a Lei 14.184 de 31 de janeiro de 2002 que trata do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, estabelece em seu artigo 64 a anulação e revogação dos atos administrativos.

Estabelece o artigo 64 da citada lei, *in verbis*:

*"Art. 64 A administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos".*

Por conseguinte, espelhando-se nessas orientações, a Administração Pública poderá rever sua decisão constatada por conflito de competência, apontada em consulta formulada, anexa aos autos.

O recorrente em seu recurso e pedido protocolados, alega em síntese:

- a CID/COPAM com base nos pareceres técnico e jurídico deferiu parcialmente o Pedido de Reconsideração, concedendo o benefício do termo de compromisso;
- firmou TAC cujo objeto é a implantação de medidas de controle com prazos e na forma determinados na DN COPAM 63/2003;
- a CID/COPAM decidiu no sentido de acatar o TAC para fins de ter o mesmo efeito do termo de Compromisso;
- o recorrente vem cumprindo todos os prazos e a operação de ETE e pleiteia a redução da multa em até 50% ;
- a decisão da CID/COPAM reconhece a redução da multa em até 50% e o cumprimento do início da ETE em 09/09/2005;
- por fim, requer o reconhecimento da prescrição do procedimento da prescrição nos termos da Lei nº 9.873/99, determinando o arquivamento e cancelamento da penalidade aplicada.

**Do ponto de vista jurídico**, a recorrente não apresentou nenhuma argumentação capaz de descaracterizar a infração descrita no auto de infração.

Da análise dos prazos e do procedimento, podemos afirmar que não ocorreu a prescrição e nem a decadência, nos termos dos Pareceres da Advocacia Geral do



Estado de nº 15.047 de, 24 de setembro de 2010 e nº 15.076 de, 06 de abril de 2011.

Neste mesmo sentido, consta dos autos a Consulta formulada ao Procurado do Estado, Dr. André Borges Pires Ferreira, que manifestou no sentido de que *não existe prescrição, seja intercorrente, seja executória, no caso em tela.* (fls.97/98)

Alega a recorrente o benefício de redução da multa em até 50% em decorrência do cumprimento do TAC firmado. Consta dos autos o Parecer Técnico GEDIN 94/2009 onde informa, em síntese que: "Foi realizada vistoria no empreendimento em 18-02-2009 onde observou a regularização de sua situação ambiental. Assim considera-se que o empreendimento encontra-se devidamente licenciado e vem cumprindo todas as condicionantes do seu processo e dos itens estabelecidos no TAC.

Cabe comentar, por necessário, com relação a redução da multa em até 50% da penalidade de multa aplicada, o Presidente da FEAM deferiu sua redução em 50%, baseado nos pareceres acostados aos autos, decisão esta que será cancelada por recomendação da consulta formulada ao Procurado do Estado de fls. 97/98.

Por fim, o Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente esta Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

*"Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa"*

Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada para **R\$16.667,00**, por ser a mais benéfica ao autuado.

### **Conclusão**

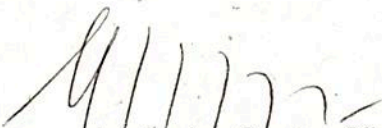
Ante todo o exposto e considerando a consulta formulada ao Procurador do Estado do procedimento a ser adotado nos autos, recomendamos o cancelamento da decisão de fls.65, de 05 de agosto de 2011, antes da análise do presente recurso.

Posteriormente, o encaminhamento do julgamento do recurso e pedido formulado, recomendando o **DEFERIMENTO PARCIAL DO RECURSO** apresentado, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, no valor alterado para **R\$16.667,00**,



na forma do disposto no artigo 96 c/c com o artigo 66, III, ambos do Decreto nº 44.844/08, com a redução da multa em até 50% em decorrência do cumprimento do termo, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, *s.m.j.*

  
Carmen Lucia dos Santos Silveira  
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9